

em MOVIMENTO

FEDERAÇÃO INTERESTADUAL DE SINDICATOS DE ENGENHEIROS

ano 5, n. 8, jan / fev / mar 2014

fisenge

FILIADA À:



50 ANOS
do golpe civil-militar
no Brasil

SINDICATOS FILIADOS À FISENGE

SINDICATO DOS ENGENHEIROS DA BAHIA

Tel: (71) 3335-0510
Telefax: (71) 3335-0157
senge@sengeba.org.br
www.sengeba.org.br

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Telefax: (27) 3324-1909
senge-es@senge-es.org.br
www.senge-es.org.br

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DE MINAS GERAIS

Tel: (31) 3271-7355
Fax: (31) 3546-5151
contato@sengemg.com.br
www.sengemg.com.br

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO PARANÁ

Tel: (41)3224-7536
senge-pr@senge-pr.org.br
www.senge-pr.org.br

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DA PARAÍBA

Telefax: (83) 3221-6789
secretariajp@sengepb.com.br
www.sengepb.com.br

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DE PERNAMBUCO

Telefax: (81) 3227-1361
sengepe@hotmail.com.br
www.sengepe.org.br

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Tel: (21) 3505-0707
contato@sengerj.org.br
www.sengerj.org.br

SINDICATO DOS ENGENHEIROS AGRÔNOMOS DO RIO GRANDE DO NORTE (SEA-RN)

Avenida Santos Dumont, 479,
Conjunto Mirassol, Capim Macio,
Rio Grande do Norte.
CEP: 59078-200

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DE RONDÔNIA

Telefax: (69) 3224-7407
sengero@brturbo.com.br
www.sengero.org

SINDICATO DOS ENGENHEIROS DE SERGIPE

Telefax: (79) 3259-3013
3259-2867 / 3211-1385
sengese@sengese.org.br
secretaria@sengese.org.br
www.sengese.org.br

SINDICATO DOS ENGENHEIROS DE VOLTA REDONDA (RJ)

Tel: (24) 3343-1606
Telefax: (24)3342-4320
senge-vr@quicknet.com.br
www.senge-vr.org.br

SEAGRO-SC SINDICATO DOS ENGENHEIROS AGRÔNOMOS DE SANTA CATARINA

Tel: (48) 3224-5681
seagro@seagro-sc.org.br
www.seagro-sc.org.br

FISENGE

Federação Interestadual de
Sindicatos de Engenheiros

Avenida Rio Branco, 277,
17º andar, Cinelândia, Rio
de Janeiro

(21) 2533-0836

www.fisenge.org.br

fisenge@fisenge.org.br

Facebook: www.facebook.
com/fisenge

Twitter: twitter.com/fisenge



Lembrar é resistir

50 anos do golpe civil-militar no Brasil

2014 é o ano que marca os 50 anos do golpe civil-militar no Brasil. Tempos sombrios de torturas e assassinatos de homens, mulheres, estudantes, lideranças sindicais e militantes que lutaram e resistiram à ditadura. O golpe contou com a participação de militares, das classes oligárquicas da sociedade civil e com o apoio dos meios de comunicação. O sufocamento das liberdades individuais e coletivas instituiu uma ditadura militar no país. Nesse período, estudantes, artistas, religiosos progressistas, movimentos sociais e lideranças sindicais foram duramente perseguidos.

Foi exatamente em 1966, durante o governo de Castelo Branco, que a lei 4.950-A, que estabelece o Salário Mínimo Profissional (SMP) das nossas profissões, foi promulgada. A lei foi inspirada por uma ideia do engenheiro Rubens Paiva e elaborada pelo então deputado Almino Affonso. Ambos eram amigos e militantes das causas populares. Rubens Paiva foi retirado de casa, preso, torturado e assassinado em 1971. Apenas em 2014, com o louvável trabalho da Comissão Nacional da Verdade, os arquivos começam a vir à tona e o nome de seu torturador vem à baila: tenente Antônio Fernando Hughes de Carvalho (já falecido).

A Comissão da Verdade é um instrumento necessário para o fortalecimento da democracia brasileira. Resgatar nossas histórias de luta e resistência exige transparência e coragem. Um país comprometido com as causas sociais precisa estar alicerçado em sua memória e verdade, sem medo. A democracia é um processo de inclusões, que não pode ser baseado em mentiras, informações casuísticas e manipulações.

Nesta edição especial, tentamos lembrar a luta dos resistentes à ditadura militar e a atuação de engenheiros e engenheiras nos movimentos populares. A defesa da democracia brasileira é uma luta permanente e cotidiana.

Carlos R. Bittencourt

P R E S I D E N T E

DIRETORIA EXECUTIVA (2011 / 2014)

Presidente

CARLOS ROBERTO BITTENCOURT (PR)

Vice-presidente

RAUL OTÁVIO DA SILVA PEREIRA (MG)

Diretor Financeiro

EDUARDO MEDEIROS PIAZERA (SC)

Diretor Financeiro Adjunto

ROBERTO LUIZ DE CARVALHO
FREIRE (PE)

Secretário Geral

CLOVIS FRANCISCO NASCIMENTO
FILHO (RJ)

Diretor de Relações Sindicais

FERNANDO ELIAS VIEIRA JOGAIB
(VOLTA REDONDA/RJ)

Diretoria da Mulher

SIMONE BAÍA PEREIRA (ES)

Diretora Executiva

GIUCELIA ARAÚJO DE FIGUEIREDO (PB)

Diretor Executivo

JOSÉ EZEQUIEL RAMOS (RO)

Diretora Executiva

SILVANA MARÍLIA VENTURA
PALMEIRA (BA)

DIRETORIA EXECUTIVA SUPLENTE

Diretor Executivo Suplente

AGAMENON RODRIGUES EUFRÁSIO
DE OLIVEIRA (RJ)

Diretora Executiva Suplente

ANILDES LOPES EVANGELISTA (MG)

Diretor Executivo Suplente

AUGUSTO DUARTE MOREIRA (SE)

Diretor Executivo Suplente

CLAYTON FERRAZ DE PAIVA (PE)

Diretor Executivo Suplente

GERALDO SENA NETO (RO)

Diretor Executivo Suplente

JORGE DOTTI CESA (SC)

Diretor Executivo Suplente

NILTON SAMPAIO FREIRE
DE MELLO (BA)

Diretor Executivo Suplente

VALTER FANINI (PR)

CONSELHO FISCAL

Diretor do Conselho Fiscal

ADELAR CASTIGLIONI CAZAROTO (ES)

Diretor do Conselho Fiscal

ROLF GUSTAVO MEYER (PR)

Diretor do Conselho Fiscal

TIGERNAQUE PERGENTINO DE
SANT'ANA (SE)

CONSELHO FISCAL SUPLENTE

Diretor Suplente do Conselho Fiscal

FRANCISCO DE ASSIS
ARAÚJO NETO (PB)

Diretor Suplente do Conselho Fiscal

NELSON BENEDITO FRANCO (MG)

Diretor do Conselho Fiscal

ROGÉRIO DO NASCIMENTO RAMOS (ES)

EM MOVIMENTO

é uma publicação da Fisenge -
Federação Interestadual de
Sindicatos de Engenheiros.

Av. Rio Branco, 277, 17º andar
Centro, Rio de Janeiro
CEP: 20040-009

Tel/Fax: (21) 2533-0836
2532-2775

fisenge@fisenge.org.br
www.fisenge.org.br
www.facebook.com/fisenge
twitter.com/fisenge

CONSELHO EDITORIAL

Carlos Roberto Bittencourt,
Clovis Nascimento, Raul Otávio
Pereira, Silvana Palmeira e
Simone Baía

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Camila Marins
MTB: 47.474/SP

ESTAGIÁRIO

André Cavallo

REVISÃO

Sheila Jacob

PROGRAMAÇÃO VISUAL E PROJETO GRÁFICO

Evlen Lauer

IMPRESSÃO

Walprint Gráfica e Editora
Tiragem: 8.200

É permitida e estimulada a
reprodução, desde que
citada a fonte.

FISENGE REPUDIA

tentativas de desqualificação da engenharia brasileira

Nota de repúdio da Federação ganha repercussão na imprensa nacional

A Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros enviou à **Folha**, nesta quarta-feira (6), uma nota de repúdio às declarações de Moreira Franco.

LEIA A ÍNTEGRA DA NOTA DA FISENGE

A Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge) repudia veementemente as declarações à imprensa do Ministro-Chefe da Secretaria de Aviação Civil, Moreira Franco, neste sábado (2/11), sobre o atraso das obras dos aeroportos no país. Na reportagem, Moreira Franco afirma que os engenheiros brasileiros "são ruins e elaboram projetos mal feitos". Ressaltamos que o atraso das obras em nada se relaciona à engenharia brasileira. As principais razões são a aceitação de projetos básicos para a licitação, a própria licitação com base na lei nº 8.666 e o "cipoal" da burocracia que envolve todo esse processo, além e principalmente da incúria aliada à incompetência de seus dirigentes do Ministério.

Em uma tentativa de retratação, o Ministro Moreira Franco divulgou uma nota neste domingo (3/11), que afirma "Tenho certeza que rapidamente teremos empresas de projetos e execução de obras com a mesma qualidade que tivemos no passado". Há que se registrar o fato de que a engenharia nacional e os engenheiros brasileiros nada devem em termos de tecnologia e conhecimento em relação a profissionais de outros países. Por outro lado, desconhecer as verdadeiras razões que culminaram com o atraso das obras e se voltar contra uma categoria que tem contribuído de forma efetiva para o desenvolvimento nacional é um grande equívoco e absurdo. Ainda salientamos a importância da engenharia ser tipificada como carreira do Estado, para o fortalecimento de sua função social, conforme o projeto de lei nº13/2013.

Tais declarações, certamente, sinalizam uma tentativa de desqualificação de uma categoria fundamental para o desenvolvimento do país e nós, da Fisenge, estamos atentos e comprometidos com a defesa da engenharia brasileira e da soberania nacional.

Em recentes episódios, declarações contra a engenharia brasileira repercutiram no país. Uma delas foi proferida em novembro do ano passado pelo Ministro-Chefe da Secretaria de Aviação Civil, Moreira Franco, que afirmou que os engenheiros brasileiros "são ruins e elaboram projetos mal feitos", por conta do atraso das obras dos aeroportos no país. Diante destas declarações equivocadas e absurdas, a Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge) lançou uma nota de repúdio às afirmações e encaminhou uma carta à presidenta

Dilma Rousseff, ao ministro Moreira Franco e ao presidente do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea), José Tadeu. A nota ganhou repercussão nacional na imprensa e foi veiculada nos jornais *Folha de S. Paulo* e *Lance*, na rádio CBN, no portal Terra, entre outros.

Outra tentativa de desqualificação da engenharia brasileira ocorreu com as afirmações do embaixador da Espanha no Brasil, Manuel de La Camara, à agência de notícias EFE. Camara declarou que os engenheiros espanhóis que estão trabalhando

em nosso país "prestam um duplo serviço ao Brasil. Oferecem mão de obra qualificada, graças ao investimento em educação do Estado espanhol, e, além disso, formam os engenheiros brasileiros". Em nota, a Fisenge afirmou: "Ressaltamos que a engenharia nacional e os engenheiros brasileiros nada devem em termos de tecnologia e conhecimento em relação a profissionais de outros países. (...) A engenharia brasileira é estratégica para a construção de uma nação soberana e solidária e não admitiremos tentativas de desqualificação".

LIVRO DE MEMÓRIAS DA FISENGE

será publicado em março



20 anos *Fisenge: uma história de luta e transformações sociais*. Este é o título do livro de memórias da Federação, que será publicado em março deste ano. Centenas de fotos e documentos foram revisitados e resgatados em um mergulho na história de fundação da Fisenge e na conjuntura nacional dessas duas décadas. O Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC), em conjunto com a assessoria de comunicação da Federação, trabalha há cerca de seis meses no resgate dessa memória. A jornalista e coordenadora do NPC, Claudia Santiago, acredita que os sindicatos têm a tarefa também de

contar as suas histórias. "Os sindicatos estão começando a cuidar da memória. Já acontecem encontros nacionais de arquivos operários. A CUT tem trabalhado bastante no seu Centro de Documentação. É nas páginas da imprensa sindical que está a memória das lutas dos trabalhadores. A imprensa sindical é referência para os historiadores que estudam o tema. Se não a preservamos, nossa história escapa de nossas mãos", pontuou Claudia.

O presidente da Fisenge, Carlos Roberto Bittencourt explicou que o livro faz parte de uma série de atividades e publicações em memória dos

20 anos de fundação da entidade. "Desde 2013, estamos relembando fatos históricos em nossos boletins e jornais; realizamos um ato comemorativo com a presença de lideranças, parlamentares e dirigentes; e encerraremos as comemorações com a publicação do livro de memórias", afirmou. Bittencourt ainda conta que a Fisenge surgiu com a afirmação do novo sindicalismo: de luta, combativo e classista, alinhado ao conjunto das lutas dos trabalhadores.

A publicação conta com o apoio do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea).

Rio de Janeiro sediará 10º Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros

A cidade de Búzios, no Rio de Janeiro, será sede do 10º Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros (Consenge), entre os dias 27 e 30 de agosto de 2014. O Congresso, organizado pela Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge), em parceria com o Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge/RJ), é o mais importante fórum de debate da categoria, com repercussão em todos os estados. Com o tema “Um projeto de nação para o Brasil”, o 10º Consenge debaterá dois temas centrais: “O papel do Estado brasileiro no desenvolvimento nacional” e “O papel do movimento sindical frente às modificações do mundo do trabalho”. A expectativa é de que cerca de 300 engenheiros participem como delegados, representando mais de 30 mil profissionais de sindicatos de todo o país. Esta é a segunda edição realizada no Rio de Janeiro e contará com o apoio do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.

O presidente do Senge-RJ, Olímpio Alves, destacou que o Congresso promove a discussão entre os engenheiros com o objetivo de defi-

nir, para o próximo triênio, as ações da Fisenge e dos Senges filiados no campo sindical, nas áreas de política tecnológica e ensino da engenharia. “A participação da classe e da sociedade é fundamental para a plenitude do evento. O Congresso promove debates sobre o papel da engenharia nos grandes temas nacionais, acompanha o desenvolvimento do Estado e valoriza os profissionais através da capacitação

oferecida pelo sindicato”. “Iremos debater o papel do Estado Brasileiro no desenvolvimento nacional e entendemos o Estado como elemento estruturante e indutor de desenvolvimento. Também é preciso atentar para os setores agrícola e agrário, considerando a enorme desigualdade e concentração fundiária no Brasil”, afirmou o presidente da Fisenge, Carlos Roberto Bittencourt.

SOBRE O CONSENGE

O Congresso debate e traça metas de atuação em defesa da engenharia nacional e de uma nova matriz de desenvolvimento econômico para o Brasil, pautada pela distribuição de renda e justiça social. Realizado de três em três anos, o Consenge é o mais importante fórum de debate da categoria, com repercussão em todos os estados e, também, nos fóruns regionais e internacionais dos quais a Fisenge participa, orientando o papel da federação nos temas sociais de interesse nacional.





Diretora da Fisenge, Giucélia Figueiredo, acompanha filiação do Sea-RN à Federação

SINDICATO DOS ENGENHEIROS AGRÔNOMOS DO RIO GRANDE DO NORTE se filia à Fisenge

O Sindicato dos Engenheiros Agrônomos do Rio Grande do Norte (SEA-RN) filiou-se oficialmente à Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge) na última semana de dezembro de 2013, com a presença da diretora da Fisenge, Giucélia Figueiredo. O SEA é a mais antiga organização sindical do estado, fundada em 16 de maio de 1978 com importante peso na luta potiguar.

Segundo o novo presidente do SEA-RN, Joseraldo do Vale, a filiação veio do acompanhamento da forte atuação que a Fisenge tem na luta pelos direitos dos agrônomos. “A nossa esperança é que, ao lado da Fisenge, consigamos avançar mais e mais na organização dos engenheiros e das engenheiras. Temos muito a construir”, afirma Joseraldo.

Por que decidiram pela filiação à Fisenge?

Somos o sindicato de engenheiros mais antigo do estado, desde 1978, e com nossa eleição queremos ampliar nossa organização e somar às lutas da engenharia e da sociedade. Decidimos pela filiação à Fisenge, pois acompanhamos a atuação forte de luta da federação e nossa diretoria compartilha desta postura.

Quais as principais bandeiras do SEA-RN?

Entendemos que o papel de um sindicato é de luta pela categoria e sociedade. Nós, no SEA-RN, atuamos pela valorização profissional, em defesa do Salário Mínimo Profissional (SMP) e também pela ocupação das diferentes instâncias, entre conselhos e governos, por engenheiros agrônomos. Especialmente no Rio Grande do Norte, notamos que os enge-

neiros agrônomos não estão nos Conselhos Estaduais e Municipais e outras instâncias, como o Conselho de Desenvolvimento Rural. Entendemos que precisamos reivindicar espaços no Estado. A nossa esperança é que, ao lado da Fisenge, consigamos avançar mais e mais na organização dos engenheiros e das engenheiras. Temos muito a construir.

Qual a situação dos engenheiros agrônomos no Rio Grande do Norte?

Em concurso para engenheiro agrônomo para atuação em empresas do estado, por exemplo, há exigência de Crea, mas assim que o profissional é aprovado passa para a função de analista técnico. Não como engenheiro. Esta forma contribui para a precarização e para os baixos salários, que chegam a aproximadamente R\$1.854 no interior, nas ONGs de 3 a 5 salários mínimos e no estado há

uma variação, uma realidade, infelizmente, muito distante do Salário Mínimo Profissional. A desvalorização é muito grande e, por isso, acreditamos que é fundamental um forte trabalho de base para fortalecer a categoria e lutar pela valorização profissional.

Quais as principais questões da agronomia em nosso país?

No nosso país hoje, a reforma agrária não pode ser jogada para debaixo do tapete. Dados do IBGE apontam que a agricultura familiar é essencial para o abastecimento de alimentos nas casas dos brasileiros, sem contar a participação no PIB do país. No último congresso de agronomia, ouvimos uma informação importante: terras de até dois módulos fiscais são responsáveis pela produção de cerca de 50 a 60% dos alimentos. Propriedades de até 50 hectares correspondem a 82% do total de estabelecimentos e ocupam apenas 13% da área ocupada pela agricultura. Em contraposição, propriedades acima de 500 hectares correspondem a 2% do total de estabelecimentos e ocupam 56% da área total, de acordo com dados do IBGE. A reforma agrária é uma questão de soberania e segurança nacional. Ainda há um grande gargalo no que tange a oferta de assistência rural de qualidade. Esta, inclusive, é uma das cobranças da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Os editais não atendem às demandas necessárias. Assistência técnica não significa oferecer carros, é preciso estrutura; sem contar que o salário dos extensionistas não chega ao SMP.



SENGE BA ganha ação trabalhista e garante pagamento do SALÁRIO MÍNIMO PROFISSIONAL

O Sindicato dos Engenheiros da Bahia (Senge-BA) iniciou, em janeiro, o pagamento das indenizações referentes à ação trabalhista coletiva movida contra a empresa Hydros Engenharia e Planejamento S.A. A ação, de 2013, foi movida devido ao não cumprimento do Salário Mínimo Profissional (SMP) dos engenheiros, conforme Lei Federal 4.960/A. De acordo com a assessora jurídica do Senge-BA, Flávia Sueira, a causa foi conquistada em menos de um ano, logo na primeira instância. A empresa não recorreu à decisão judicial e firmou o acordo no último dia 20 de janeiro, publicado em edital pelo Sindicato. No total de 30 funcionários, 12 tiveram o direito judicialmente reconhecido e vão receber a indenização.

A engenheira Ambiental e Sanitarista, Rejane Santana, beneficiária da causa trabalhista, demonstrou satisfação por ter o sindicato como representante das ações coletivas. “Não tinha conhecimento da ação judicial, soube quando o Senge nos procurou na empresa. A iniciativa aproxima o trabalhador das lutas sindicais e evidencia a valorização do profissional da Engenharia. Sabemos que o cumprimento da lei do SMP ainda é difícil, principalmente, para os recém-formados que se submetem ao salário abaixo do piso porque precisam de experiência profissional”, diz a engenheira.

“NÃO TINHA CONHECIMENTO DA AÇÃO JUDICIAL, SOUBE QUANDO O SENGE NOS PROCUROU NA EMPRESA. A INICIATIVA APROXIMA O TRABALHADOR DAS LUTAS SINDICAIS E EVIDENCIA A VALORIZAÇÃO DO PROFISSIONAL DA ENGENHARIA.”

SENGE-PR: Ir e vir, o direito que pesa no bolso

Vinte centavos foram o estopim para uma explosão que desperdiçou milhares de brasileiros que foram às ruas no mês de junho do ano passado em todo o país. É certo que as demandas sociais são muitas, mas o motivo que desencadeou as mobilizações Brasil afora teve relação direta com o aumento da passagem de ônibus. Relação com o direito de ir e vir dos cidadãos.

Cartazes ao alto traziam o slogan “Não é por R\$0,20. A luta é por direitos!” Sim. Luta pelos direitos à saúde, educação e transporte de qualidade. Pelo direito de que o Estado nas esferas federal, estadual e municipal cumpra o dever de zelar pelo interes-

se público. Foi a defesa do interesse público que fez com que o Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná (Senge-PR) tivesse papel preponderante neste ano de 2013 num trabalho em favor da mobilidade de qualidade e a preço justo.

Estudo jurídico encomendado pelo Senge-PR e mais quatro entidades sindicais, que apontou suspeitas de irregularidades na licitação do transporte público de Curitiba, foi a base do relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Transporte, da Câmara Municipal.

O documento revelou vícios na publicação do edital de licitação, feito sem

a aprovação plena da assessoria jurídica da URBS, conforme prevê a lei, o que influenciou no valor da tarifa. Além disso, indicou que houve favorecimento às empresas que atuavam no setor. Os documentos mostraram que as cartas fianças apresentadas pelas empresas foram expedidas pela mesma instituição bancária, no mesmo dia, sequencialmente, e as propostas comerciais foram entregues com textos idênticos com os mesmos erros de português.

Com base nesses e outros indícios de irregularidades, o Senge-PR levou os documentos à CPI e entrou com representação junto ao Ministério Público, a Prefeitura Municipal e o



SENGE-MG: Engenheiros e arquitetos da Sudecap ganham ação de SMP

Os engenheiros e arquitetos da Superintendência de Desenvolvimento da Capital (Sudecap) tiveram reconhecido, por meio de sentença proferida no dia 3 de fevereiro, pela Juíza da 34ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, Anielly Varnier Comério Menezes Silva, o direito a receber o Salário Mínimo Profissional (SMP). A ação por substituição processual foi ajuizada pelo Sindicato

de Engenheiros no Estado de Minas Gerais (Senge-MG) e o Sindicato de Arquitetos no Estado de Minas Gerais (Sinarq-MG) em defesa do direito dos engenheiros e arquitetos. A decisão foi proferida em 1ª instância, portanto, cabe recurso.

A juíza do Trabalho deferiu aos substituídos a retificação da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS)

para constar o salário base das categorias com pagamento das diferenças salariais e dos reflexos em férias acrescido de 1/3, gratificação natalina, depósito do FGTS e horas extras. O Salário Mínimo Profissional é estabelecido pela Lei 4.950/A-66 e institui piso de oito e meio salários para engenheiros e arquitetos com jornada de trabalho de oito horas diárias.



Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) pela anulação do processo licitatório de concessão dos serviços de transporte público de Curitiba. A ação foi feita em conjunto com o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP-Sindicato); a Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná (UFPR) - Seção Sindical do ANDES-SN; o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários, Financeiros e Empresas do Ramo Financeiro de Curitiba e Região (Bancários de Curitiba) e o Sindicato dos Trabalhadores em Urbanização do Estado do Paraná (Sindiurbano).

“Todos sabem que há indícios de cartel na licitação do transporte coletivo” afirmou o vereador Bruno Pessuti, relator da CPI na Câmara

Municipal de Curitiba, durante a apresentação do relatório, no dia 28 de novembro. O relator destacou ainda o suporte que teve do trabalho feito pelo Senge e demais sindicatos. “Como o relatório dos sindicatos alertou, as três propostas apresentadas contém exatamente o mesmo erro de português. Isso é matematicamente muito difícil de acontecer, e exatamente o mesmo erro”, disse o vereador.

De acordo com o diretor do Senge-PR, engenheiro Valter Fanini, o trabalho feito pelos sindicatos demonstrou que a gestão da tarifa do transporte de Curitiba está nas mãos de empresários. “Nos debruçamos nos processos licitatórios e analisamos a fundo e o nosso relatório conclusivo deu informações cabais,

de indícios que nos convencem completamente de que houve direcionamento do processo para que algumas empresas ganhassem”, afirmou Fanini.

Para ele, a URBS S/A, empresa responsável pelo gerenciamento da Rede Integrada de Transporte (RIT) de Curitiba, não tem controle dos elementos necessários para os cálculos da tarifa, como os custos envolvidos e o número de passageiros. “Ela (a URBS) não sabe exatamente quais os custos praticados, e nem tem o número total de passageiros. Ou seja, apesar de ser uma das melhores do país, ela tem sérias falhas gerenciais, sendo a principal a falta de administração da tarifa, que acaba sendo um totem sagrado, a verdadeira caixa preta da URBS”, criticou Fanini.

ARGUMENTOS DA DEFESA

A Sudecap, em sua defesa, argumentou acerca de suposta incompetência da Justiça do Trabalho para julgar a demanda, por considerar que trata-se de autarquia municipal e estaria amparada pela Lei Orgânica Municipal, que determina que os servidores sejam sujeitos a regime jurídico único. A fundamentação não foi acatada, já que, no caso, não se tratam de servidores públicos, e sim, empregados públicos contratados sob o regime celetista. Sendo assim, a competência foi reconhecida à Justiça do Trabalho.

Outros argumentos usados pela defesa são de que a administração pública sujeita-se à limitação dos artigos 37, X e XIII e 41 da Constituição Federal de que os salários dos agentes públicos somente podem ser fixados ou alterados por lei específica e de que existe lei municipal específica acerca das remunerações dos arquitetos e engenheiros. Contudo, como a administração pública optou pelo regime celetista, a justiça declarou que a Sudecap deve cumprir as obrigações trabalhistas, assim como se empregadora privada fosse, devendo, portanto, a autarquia pagar o SMP.

Outra alegação da Sudecap é a existência de litispendência, já que, em ação individual foram feitos idênticos pedidos ao da ação. A litispendência é um instituto previsto na legislação processual que visa prevenir decisões diversas para ações idênticas em curso simultaneamente.

A justiça verificou que não há identidade das ações, uma vez que a parte ideológica, que é o Sindicato, difere do empregado na condição de autor da ação individual, não se podendo falar em identidade de partes.

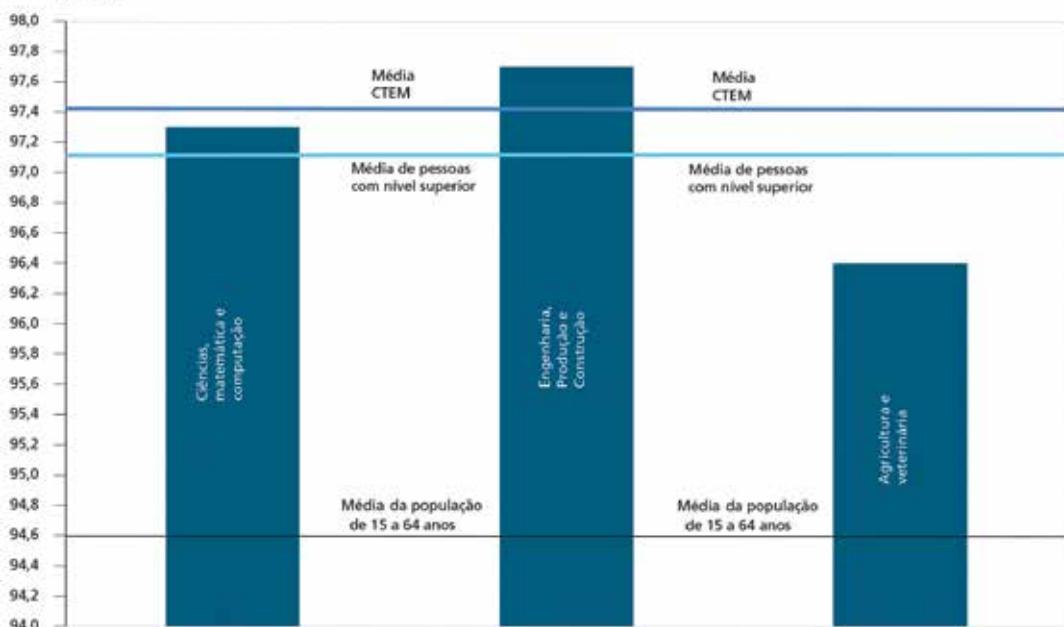
“A ENGENHARIA ainda é CARREIRA PROMISSORA”

Aguinaldo Maciente (Ipea)

GRÁFICO 1

Taxa de ocupação das pessoas graduadas em áreas de CTEM, por área e em comparação com as taxas observadas para o conjunto das áreas de CTEM, para a média das pessoas com nível superior e para a população economicamente ativa entre 15 e 64 anos – Brasil (2010)

(Em %)



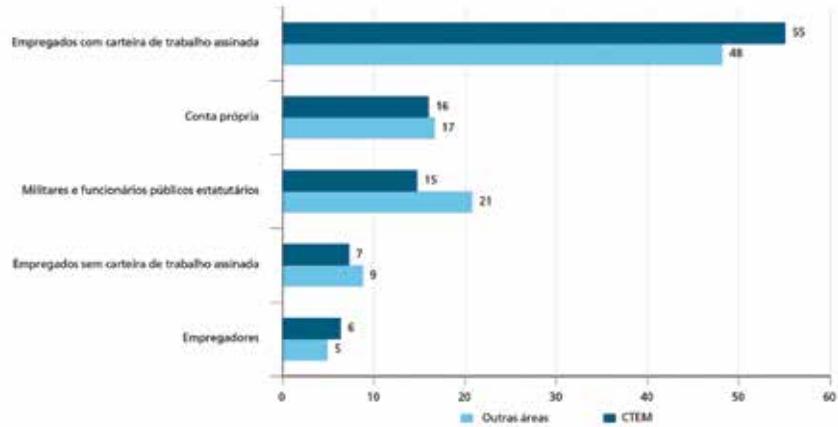
Fonte: Censo Demográfico 2010/IBGE.
Elaboração dos autores.

Dados do Ministério da Educação (MEC) apontam que, desde o início dos anos 2000, nunca houve tantas pessoas estudando engenharia no Brasil. São mais de meio milhão de alunos, quase metade - 227 mil - são calouros, quatro vezes mais do que no início da década. Prova disso foi o último Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que aponta a engenharia naval como a mais alta nota de corte com 869,15 na ampla concorrência, e 746,44 entre os cotistas. Em uma coletiva de imprensa, o então Ministro da Educação e atual Ministro da Casa Civil, Aloizio Mercadante, afirmou: "As engenharias foram as áreas em que os alunos tiveram que ter o melhor desempenho para entrar, até mais do que economia e medicina".

Esta realidade de aquecimento de vagas nos cursos de engenharia representa um grande avanço, considerando o processo de desindustrialização no país na década de 1990. Foram inúmeras as demissões e as privatizações, e consequente desvalorização das engenharias. Muitos engenheiros desistiram da profissão para atuarem em outras áreas. A partir de 2003, o cenário muda com o fortalecimento do mercado interno e o aumento de investimentos. A oferta e a demanda por engenheiros estão diretamente ligadas ao ritmo de crescimento do país.

De acordo com o técnico de planejamento e pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea),

GRÁFICO 2
Profissionais de áreas de CTEM versus os de outras áreas de nível superior, segundo a posição na ocupação – Brasil (2010)
(Em %)



Fonte: Censo Demográfico 2010/IBGE.
Elaboração dos autores.

Aguinaldo Maciente, nos últimos anos a economia absorveu uma proporção maior de engenheiros.

"A desaceleração da economia interfere diretamente, principalmente em áreas de construção, petróleo, minérios, mas observamos que essa desaceleração ainda não prejudicou. Para os próximos anos, a engenharia ainda é carreira promissora", afirmou Aguinaldo, um dos autores do estudo sobre a ocupação de funções típicas pelos engenheiros e pelas engenheiras.

O estudo ainda revela que sete em cada dez profissionais de ciência, tecnologia e engenharias (CTEM) não ocupam postos de trabalhos típicos de suas áreas de formação. Por meio do Censo de 2010, a pesquisa verificou que 59% dos engenheiros, por exemplo, trabalham em setores não típicos, como mercado financeiro e ensino. No estudo, é possível perceber que a formação em engenharia, matemática e física permite

desempenhar atividades de gestão e tantas outras.

O diretor da Escola Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Erickson Almendra, acredita que não se trata de função típica, e sim de aptidão. "O sistema financeiro, por exemplo, precisa de uma pessoa com excelente formação em matemática e nós, engenheiros, podemos exercer essas funções, que tornam-se típicas. No setor bancário, a questão é muito clara: três de cinco diretores de banco são engenheiros", apontou. Almendra ainda remete a mudança de mercado de trabalho da engenharia para a universidade: "Há oito anos, o mercado de engenharia cresce continuamente e este fato também mudou o clima na universidade. A evasão na década de 1990 era altíssima e hoje despencou. Diminuiu, porque há perspectiva de emprego. Havendo perspectiva, mais jovens querem prestar engenharia no vestibular", apontou.



Fernando Frazão/ABr

50 anos do Comício de Jango: PELAS REFORMAS DE BASE NO PAÍS

13 de março de 1964. O então presidente João Goulart (Jango) chegou ao comício na Central da Brasil, às 19h44, quando começou a discursar para milhares de pessoas. Com o objetivo de refletir e afirmar as necessárias reformas de base no país, centrais sindicais, partidos políticos,

estudantes, entidades de classe e movimentos sociais realizaram um ato na Central do Brasil, no Rio de Janeiro com o mote "Lembrar é resistir", em lembrança aos 50 anos do Comício. "Nós encontramos o Brasil nas mesmas condições, 50 anos depois, precisando reformar o Estado para que possamos avançar

nas áreas social, econômica e política", afirmou o filho de Jango, João Vicente Goulart, que tinha sete anos de idade na época.

O comício de Jango reafirmou seu compromisso com as causas populares e sociais. O então presidente chegou ao ato, depois de ter assi-

nado, no Palácio Guanabara, dois decretos: o que dava início às expropriações fundiárias e o que permitia a encampação de refinarias. A convocação para o comício trazia as seguintes propostas: a implementação das reformas agrária, bancária, administrativa, universitária e eleitoral. Em cima do palanque, estavam figuras como o deputado Leonel Brizola e os governadores Miguel Arraes (Pernambuco), João Seixas Dória (Sergipe) e Badger da Silveira (Estado do Rio). Outro ponto do discurso de Jango foi o anúncio da regulamentação dos preços extorsivos de apartamento e residências desocupados. No dia seguinte, o presidente assinou o decreto estipulando o tabelamento do preço de aluguéis e imóveis em todo o país.

Dias depois, o golpe civil-militar estava instaurado no país. O Comício da Central do Brasil acirrou ainda mais os ânimos e a campanha de setores conservadores em contraposição ao governo, como a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que demarcou a instauração do golpe civil-militar no Brasil. A Marcha contou com os setores mais conservadores e as oligarquias do país, com viés nos interesses econômicos. Hoje, mais do que nunca, 50 anos após, é momento de afirmação de direitos e liberdade. Qualquer tipo de tentativa de reprodução desse tipo de movimento representa um atentado à democracia e à liberdade. O povo brasileiro precisa continuar nas ruas em defesa da nação e dos direitos. As necessárias reformas de base

Que Brasil seríamos com a implementação das reformas de base? Esta é a pergunta que toma corações e mentes em todo o país. Os problemas continuam os mesmos no passado e no presente. O secretário nacional de Políticas Sociais da CUT, Expedito Solaney, recorda que o País vivia um processo muito complicado de conspiração. "O governo não conseguiu renegociar sua dívida com o FMI (Fundo Monetário Internacional). Apesar das dificuldades o presidente Goulart teve uma posição muito firme de romper com as instituições financeiras, com o governo norte-americano", contextualizou.

De acordo com o presidente do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ), Olímpio Alves este momento representa um 'reviver da história'. "Até hoje o discurso de Jango é muito atual e precisamos resgatar e lutar pelas questões históricas da sociedade", afirmou Olímpio. O ato representou uma oportunidade de aprofundar a luta em favor das reivindicações da classe trabalhadora, a luta contra a discriminação racial, pelas reformas estruturais, contra os retrocessos democráticos, pela soberania da América Latina e contra a criminalização dos movimentos sociais. O Senge-RJ é uma das entidades na organização e mobilização do ato, que se desdobrará em seminários de formação e outras mobilizações.

"O povo quer que se amplie a democracia e que se ponha fim aos privilégios de uma minoria; que a



Arquivo Nacional

Campanha presidencial - 1955
Jango no Estado do Rio falando aos operários de São Gonçalo

propriedade da terra seja acessível a todos; [...] que se impeça a intervenção do poder econômico nos pleitos eleitorais". Para Jango, tal comício vencia uma campanha de terror ideológico e sabotagem. "Chegou-se a proclamar, até, que esta concentração seria um ato atentatório ao regime democrático, como se no Brasil a reação ainda fosse a dona da democracia, e a proprietária das praças e das ruas. Desgraçada a democracia se tiver que ser defendida por tais democratas. Democracia para esses democratas não é o regime da liberdade de reunião para o povo: o que eles querem é uma democracia de povo emudecido, amordaçado nos seus anseios e sufocado nas suas reivindicações. A democracia que eles desejam impingir-nos é a democracia antipovo, do antissindicato, da antirreforma, ou seja, aquela que melhor atende aos interesses dos grupos a que eles servem ou representam [...]", trecho do discurso de Jango.

O integrante da coordenação nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), João Pedro Stédile esteve no ato e afirmou que

o Brasil perdeu oportunidades históricas de fazer uma reforma agrária verdadeira. "O governo Jango apresentou uma proposta fantástica, que teria mudado o Brasil, que era desapropriar todas as propriedades acima de 500 hectares, ao longo de

10 quilômetros de cada lado das rodovias federais, das ferrovias, dos lagos e açudes. Isso teria desenvolvido o país, criado um enorme mercado interno e nos tirado da crise. O Brasil seria hoje uma grande potência", pontuou Stédile .

O filho de Jango finalizou seu discurso: "Tenho esperança de que, após 50 anos, as novas gerações possam, inspiradas nas raízes de nossa história, avançar e modificar o modelo social, econômico e político do país".



Arquivo Nacional



“A luta da liberdade contra a
tirania é a luta da memória
contra o esquecimento”,
Milan Kundera

SÉRIE ESPECIAL DE REPORTAGENS SOBRE
OS ENGENHEIROS E AS ENGENHEIRAS QUE RESISTIRAM
E LUTARAM CONTRA A DITADURA MILITAR

Textos por
CAMILA MARINS

1º DE ABRIL DE 1964: GOLPE CIVIL-MILITAR NO BRASIL DERRUBA O PRESIDENTE JOÃO GOULART

"N ão há ameaça mais séria à democracia do que desconhecer os direitos do povo; não há ameaça mais séria à democracia do que tentar estrangular a voz do povo e de seus legítimos líderes, fazendo calar as suas mais sentidas reivindicações. (...) Hoje, com o alto testemunho da Nação e com a solidariedade do povo, reunido na praça que só ao povo pertence, o governo, que é também o povo e que também só ao povo pertence, reafirma os seus propósi-

tos inabaláveis de lutar com todas as suas forças pela reforma da sociedade brasileira. Não apenas pela reforma agrária, mas pela reforma tributária, pela reforma eleitoral ampla, pelo voto do analfabeto, pela elegibilidade de todos os brasileiros, pela pureza da vida democrática, pela emancipação econômica, pela justiça social e pelo progresso do Brasil". Comício de João Goulart (Jango), então presidente do Brasil, na Central do Brasil, em 13 de março de 1964.

Jango decretou a nacionalização das refinarias privadas de petróleo e desapropriação de terras para a reforma agrária. Seu discurso emocionado foi acompanhado por milhares de brasileiros que, dias depois, acordariam com a notícia da queda de Jango, seguida pelo golpe civil-militar no Brasil, em 1º de abril de 1964, golpe politicamente alinhado aos EUA. O regime militar durou de 1964 a 1985 com muita repressão, sequestros, torturas e mortes. Fundamental é perceber o movimento dos veículos de comunicação antes do golpe:

**21 de Abril
de 1960**

Inaugurada a cidade de Brasília, a nova capital do Brasil



**12 de Abril
de 1961**

Cosmonauta soviético Yuri Gagarin torna-se o primeiro homem a ir ao espaço.



**8 de Fevereiro
de 1963**

John F. Kennedy anuncia o embargo comercial a Cuba.



**3 de Janeiro
de 1961**

Os Estados Unidos cortam relações diplomáticas com Cuba

**25 de Agosto
de 1961**

Renúncia de Jânio Quadros

**28 de Agosto
de 1963**

Martin Luther King lidera manifestação com mais de 200 mil pessoas em Washington em favor dos direitos civis dos negros e das negras

**Folha de S. Paulo,
no dia 27 de março de 1964:**

"Até quando as forças responsáveis deste país, as que encarnam os ideais e os princípios da democracia, assistirão passivamente ao sistemático, obstinado e agora já claramente declarado empenho capitaneado pelo presidente de República de destruir as instituições democráticas?"

**Jornal do Brasil,
em 31 de março de 1964:**

"Pois não pode mais ter amparo legal quem, no exercício da Presidência da República, violando o Código Penal Militar, comparece a uma reunião de sargentos para pronunciar discurso altamente demagógico e de incitamento à divisão das Forças Armadas."

Houve muita resistência popular diante da intensa repressão. Atos institucionais duríssimos, milhares de prisões, sequestros, abusos, torturas e mortes. Milhares de famílias reféns e sem informação sobre o verdadeiro paradeiro de parentes e amigos. Sim, foram os anos de chumbo e que essa história nunca mais se repita.

**22 de Novembro
de 1963**

Assassinato de
John F. Kennedy



**9 de Outubro
de 1967**

Che Guevara é
executado na Bolívia



**28 de Março
de 1968**

Morte do
estudante Edson Luís



1965

EUA enviam tropas
para Guerra do Vietnã

**4 de Abril
de 1968**

Martin Luther King Jr.
é assassinado

**25 de abril
de 1974**

Revolução dos Cravos,
em Portugal



"A mim, coube CONTINUAR AS LUTAS COM OS MESMOS COMPROMISSOS e as mesmas esperanças"

ALMINO AFFONSO, autor da Lei 4.950-A/1966

ALMINO AFFONSO é autor da principal lei dos engenheiros, arquitetos e agrônomos sobre o Salário Mínimo Profissional (SMP). Sancionada em 1966, durante o governo Castelo Branco, Almino não pôde acompanhar pessoalmente sua tramitação, pois estava no exílio, por conta da ditadura militar. Almino nos revela nessa entrevista que a inspiração e a ideia para a criação desta importante lei foi do engenheiro Rubens Paiva. Nascido no interior do Amazonas, Almino é um dos mais respeitados políticos brasileiros e irá lançar em março deste ano o livro "1964: Na visão do Ministro do Trabalho de João Goulart". Nessa entrevista, Almino fala sobre sua trajetória, militância política e sua luta e resistência ao golpe civil-militar no Brasil.



Wikimedia Common

Como foi o início de sua militância política e sua chegada a São Paulo?

Eu diria que a minha vida política começou, de certa maneira, em uma campanha para vereador da capital de São Paulo, em 1955. Justo no ano em que o Juscelino Kubitschek era candidato também à Presidência da República. Eu fui candidato pelo Partido Socialista Brasileiro, em São Paulo. Perdi. Tive 840 votos, se a memória não me falha. Mas, até hoje, eu tenho muito orgulho dessa minha primeira campanha. Em 1958, portanto, três anos depois, eu já estava formado em direito, quando os meus amigos do Amazonas, me convocaram: "Venha disputar a Câmara Federal!". Mas

eu estava há muitos anos longe de Manaus, vivendo em São Paulo, e me parecia uma aventura absurda ir para uma campanha assim, sem ter plantado primeiro as possibilidades concretas de uma campanha. Mas a audácia veio, e eu fui ser candidato. O fundamental é que na eleição de 1958, eu como candidato a deputado federal no Amazonas, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), me elegi, aos 28 anos. Aí começou realmente a carreira política. Cheguei à Câmara. O fato é que: fiz minhas primeiras experiências ali e nesse mesmo ano nós estávamos participando da Frente Parlamentar Nacionalista, que foi uma instituição que se criou suprapartidária, onde parlamentares dos mais dife-

rentes partidos agrupavam-se nessa entidade, para dar início à batalha sobre temas que, nem sempre, era possível debater em partidos. Por exemplo: a luta pela Petrobrás, pelo monopólio estatal do petróleo; a luta pela Eletrobrás; a luta em defesa da escola pública, a chamada luta pela Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional; o começo da luta pela reforma agrária.

Como foi sua aproximação com João Goulart?

A campanha no plano nacional nos empolgou, porque era a luta dos que queriam manter a Petrobrás com monopólio estatal contra aqueles que queriam abrir as portas para o capital estrangeiro. Eu

particpei de um grupo que correu esse país inteiro em favor do marechal Teixeira Lott. Perdemos para a presidência, mas ganhamos com o candidato para vice-presidente, com João Goulart. Naquela época, as eleições para cargos executivos eram autônomas. Nesse contexto, já em Brasília, eu tive a audácia de me candidatar a líder do PTB e fui eleito. Esse é um passo muito importante na minha história parlamentar. Um ano depois houve nova eleição e fui reeleito, fato que contribuiu para a consolidação da minha vida no parlamento. Jânio Quadros, num gesto aloucado, renunciou ao cargo de presidente da república sete meses após ter sido eleito. Nesse contexto, três ministros militares se opuseram à posse do vice-presidente da república, João Goulart. Ao fazê-lo, nós estivemos quase à beira de uma guerra civil, porque houve um movimento de resistência no Rio Grande do Sul, liderado naquela época com muita garra pelo então governador daquele estado, Leonel Brizola, com o apoio, logo depois, do governador de Goiás, Mauro Borges, e um apoio decisivo depois do terceiro exército, que tinha sede lá em Porto Alegre. Não tinham como fazer prevalecer o veto e acabou havendo, por uma intervenção dos setores mais conservadores, notadamente da UDN e mesmo do PSD, uma solução pela instalação do sistema parlamentar de governo. Com isso, a posse de João Goulart passou a ser aceita. Mas não como presidente da república no sentido presidencialista, e

sim como chefe de estado, que é a característica do sistema parlamentar. Sobe então João Goulart para presidente da república no sistema parlamentarista. Eu continuava, naquela circunstância, líder do PTB, portanto tive uma participação muito direta junto ao presidente João Goulart em vários episódios, eu diria de significação histórica. Quando, por exemplo, num certo instante o presidente dos EUA, o Kennedy, tentou invadir Cuba, por conta de um problema dos mísseis que a União Soviética havia instalado ali, e pediu o apoio a João Goulart, portanto do Brasil, para fazer a invasão. Nesse momento, o presidente foi contrário, numa reunião, eu diria histórica, e que estavam grandes figuras, como San Tiago Dantas e tantos outros e eu como líder do partido. Tenho orgulho de ter participado de uma decisão histórica, que é o instante em que o presidente recusa-se, em nome do princípio da autodeterminação dos povos, a participar da aloucada proposta do presidente Kennedy.

Nesse momento, começam a se acirrar as disputas políticas no Brasil e as sinalizações para um golpe ficam claras. Como foi esse período?

Prossegue a luta no parlamentarismo. Cresce um movimento para que se faça uma consulta plebiscitária, ou seja, uma pergunta ao povo se manteríamos um sistema parlamentar ou o presidencialismo,

que era o que estava na Constituição Federal de 1946 e, com isso, João Goulart voltaria a ser o presidente da república em totalidade. Vence a tese da restauração do presidencialismo. Jango assume, portanto, a presidência na plenitude dos poderes presidencialistas. Nesse contexto, tenho o orgulho de haver sido convidado para ser o Ministro do Trabalho e da Previdência Social. Eu tinha, na época, 33 anos. Passei a participar diretamente de um governo com tantas demonstrações de grandeza pelas propostas de reformas sociais que encarnava.

“TENHO ORGULHO DE TER PARTICIPADO DE UMA DECISÃO HISTÓRICA, QUANDO EUA PROPÕE INVASÃO A CUBA E O BRASIL SE RECUSA.”

Havia uma crise muito difícil de ser vencida. A inflação já vinha galopante e aumentou mais ainda, até nos levar a uma crise mais profunda, que foi a conspiração civil, e gradualmente cada vez mais militar, com apoio ostensivo dos EUA, para a derrubada do governo João Goulart. Com essa derrubada, assumem os militares de maneira ditatorial e há um processo de cassação dos mandatos parlamentares de quem eles acharam que eram figuras ligadas ao comunismo, o que era uma falsidade, dentre eles, eu próprio. Portanto, lá fui eu com o meu man-

dato, que eu recém havia começado a criar desde 1958. Fui cassado e tive meus direitos políticos suspensos por dez anos.

Você é exilado não somente do Brasil como em outros países, não?

Não tinha nenhuma condição para permanecer no Brasil. Então, me vi na contingência de exilar-me. Pedi asilo na embaixada da Iugoslávia. Lá fui eu para o exílio, sem poder levar minha família, porque não havia recurso para poder fazê-lo. No exílio eu fiquei durante 12 anos. Primeiro, por pouco tempo na Iugoslávia, logo em seguida no Uruguai, onde se havia praticamente criado um comando político dos exilados, onde ficou o presidente João Goulart, Brizola e tantos outros.

“ CONHECI RUBENS PAIVA, QUE JÁ ERA UMA LIDERANÇA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL DO MACKENZIE. ALI NOS RECONHECEMOS, PELAS IDEIAS QUE LOGO SE REFERIRAM, UMA E OUTRA COIDÊNTICAS”.

Logo mais eu fui para o Chile, onde vivi oito anos, aí já então tendo um bom emprego na Organização das Nações Unidas, pela OIT. Nesse momento, pude levar minha família e tive um período muito feliz da vida. Aí fiquei até o golpe contra o presi-

dente Allende, liderado pelo general Pinochet. Nova fase de um novo exílio. Tive eu que sair do Chile para ir para o Peru, onde fiquei até o processo de abertura democrática na Argentina, quando o general Perón reassumiu o controle político daquele país. Para lá fui e lá fiquei até o instante em que morre o Perón, a mulher dele assume e vem o golpe de estado dos militares. Até que, num certo instante, cansado de tanto golpes e de tanto exílio, eu decidi voltar para o nosso país. E regressi em fins de agosto de 1976. Aí depois já é minha volta outra vez pra luta propriamente política, já numa restauração democrática lenta e difícil. Fui candidato ao Senado. Tive quase dois milhões de votos, mas não me elegi. Depois disso, fui secretário de estado do governo do [André Franco] Montoro, como Secretário de Negócios Metropolitanos de São Paulo. Depois fui deputado federal eleito por São Paulo, em seguida secretário de estado, já no governo do Goldman. Agora, sou um cidadão e, como qualquer cidadão, escrevendo, lendo e me lembrando do passado.

Você era amigo do Rubens Paiva?

Muito. Amigo é pouco, éramos irmãos. No meu período estudantil, eu tive uma participação muito intensa na atividade acadêmica. O Centro Acadêmico 11 de Agosto em São Paulo tinha naquela época uma presença muito grande no movimento estudantil, eu me tornei orador do Centro Acadêmico num concurso. Participei do 4º Congres-

so Estadual dos Estudantes de São Paulo, com todos os grêmios das várias faculdades. Nessa oportunidade, eu conheci Rubens Paiva, que já era uma liderança do movimento estudantil da Mackenzie. Ele era estudante de engenharia. E ali nos reconhecemos, pelas ideias que logo se mostraram idênticas. Num primeiro momento, elegemos Fernando Gasparian, que foi outra grande figura, também muito amigo de Rubens e também meu irmão. Na sucessão do Fernando Gasparian, lá fui eu ser presidente da União Estadual dos Estudantes, da qual fazia parte dessa diretoria o Rubens Paiva. Juntos nós entramos como militantes do Partido Socialista Brasileiro, eu, ele e tantos outros colegas de geração. Depois, ele foi candidato a deputado federal, já então no PTB, e se elegeu. Eu também era deputado federal nesse instante e voltamos então a ter uma convivência muito estreita, já então ao nível do parlamento. Foi uma relação que veio do banco da faculdade e se projetou na vida pública. O nascimento de uma amizade que, eu diria, tão fraterna, que eu acho que a única forma que eu tenho de expressá-la é de que éramos dois irmãos.

Em que momento há a tragédia?

Por ele ter sido preso, torturado e barbaramente morto por esse regime que está a fazer 50 anos do golpe famigerado. Ele achava que as circunstâncias políticas, apesar de continuar o regime militar, já não eram tão agudas, ou não eram

tão radicais e que, provavelmente, eu poderia conviver, claro sem militância política, mas sem riscos de prisão, tortura, etc. Eu, que já não tolerava o exílio por nada, decidi regressar e ele passou a comprometer-se em conseguir, através de amigos comuns, que o Ministério das Relações Exteriores me desse aquilo que chama de salvo conduto. Ou seja, uma espécie de passaporte com a finalidade exclusiva de me permitir o trânsito do Chile ao Brasil e esta medida, que ele se comprometia a conseguir, era sempre adiada. Então, eu telefonei para perguntar, o que havia, se ele não estava conseguindo e que embaraços havia. E, nessa oportunidade, eu tomo conhecimento de que ele havia sido preso e não se sabia até então onde, nem como, na mesma oportunidade a senhora dele, Eunice, também havia sido presa e uma de suas filhas. E nesse quadro todo instalou-se uma tragédia, a tragédia que nós passamos viver, a família de maneira mais dramática, como você pode imaginar, e cada um de seus amigos, inclusive eu próprio. Eu fiz um discurso na Câmara, no último mandato que eu tive, em que eu narro toda nossa história de convivência, toda nossa história política, todo o ideário que nós tínhamos das reformas sociais para o nosso país. Um certo instante dessa luta, que vinha desde longe, para ele foi trágica, e a mim coube continuar apesar das limitações, pelo menos as lutas com os mesmos compromissos e as mesmas esperanças.

A instauração da Lei do Salário Mínimo Profissional. Como ela surge? Como vem essa articulação?

Foi o próprio Rubens Paiva, como engenheiro, que me sugeriu: "Por que não uma lei que crie um salário mínimo profissional?". Não havia até então. Anotei e achei uma boa ideia. Eu, como advogado, estudei a matéria e formulei então um projeto criando o salário mínimo profissional que abrangia o engenheiro, o arquiteto e o agrônomo. Esse projeto teve como é compreensível, uma resistência muito grande em determinados setores da Câmara, por conta dos setores empresariais que acharam inaceitável. A tramitação se dá exatamente num período que eu estou ausente, devido ao exílio. Num certo momento, já então no governo do presidente General Castelo Branco, esse projeto foi, finalmente, aprovado e transformado em lei, enquanto eu estava exilado. Essa é a história do nascimento. Nasceu, curiosamente, por uma sugestão do Rubens que eu levei adiante. Ao regressar do exílio, em algum momento eu me dei conta que só então começavam os sindicatos ligados à engenharia, arquitetura e agronomia a tomarem conhecimento e consciência de que havia uma lei que os favoreciam. Eles não tinham usado até então! Então, há uma batalha que vai crescendo no país. Passou a ser um fato importante na vida nos sindicatos de enge-

“ HOJE, O SALÁRIO MÍNIMO PROFISSIONAL FAZ PARTE JÁ DE UMA REALIDADE DE VIDA, PARA MINHA ALEGRIA, COMO ALGO QUE É UM ÊXITO”

nharia, de arquitetura e agronomia. Ver uma lei que eu tinha projetado com a inspiração do meu amigo Rubens, ser transformada em um dado real da vida dos funcionários das empresas privadas. Hoje, o Salário Mínimo Profissional faz parte já de uma realidade de vida, para minha alegria, como algo que é um êxito.

Hoje, o salário mínimo ainda é muito atacado, embora seja uma lei histórica dos profissionais, tão bem defendida pelas entidades de classe. Como você avalia os ataques à lei?

Quando eu cheguei do exílio, eu lembro de ter visto um livro, aliás escrito por um advogado, que pessoalmente somos amigos, embora tenhamos ideias totalmente opostas. Ele escreveu um livro tentando demonstrar a inconstitucionalidade do meu projeto. Portanto, não é de hoje que essa batalha existe. Mas, até agora, ela vai prevalecendo, e eu espero que a luta prossiga e a gente faça com que isso se consolide e derrote esses setores reacionários da sociedade.



Foto: arquivo pessoal

RUBENS PAIVA,

PRESENTE!

20 de janeiro de 1971. Feriado de São Sebastião na ensolarada capital do Rio de Janeiro. Uma tarde comum pelas ruas do Leblon. O sol batia no asfalto quente da rua Delfim Moreira, na orla carioca, se não fossem as sombras do golpe civil-militar, instaurado no país desde 1964. Foi nesse dia de feriado que homens armados invadiram a casa do engenheiro Rubens Paiva e o levaram para o quartel da 3ª Zona Aérea, onde foi barbaramente espancado. Segundo depoimentos colhidos pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), Rubens foi levado gravemente ferido para o DOI-

CODI, na rua Barão de Mesquita no Rio de Janeiro, onde foi submetido a tortura e morto. Até pouco tempo, o Exército sustentava versão de que Rubens Paiva havia tentado fugir e seu carro interceptado por terroristas, ocasião de sua suposta morte.

No entanto, em um depoimento à Comissão Estadual da Verdade, o coronel reformado Raymundo Ronaldo Campos admitiu que a ordem do major Francisco Demiurgo Santos Cardoso foi a seguinte: "Olha, você vai pegar o carro, levar em um ponto bem distante daqui, vai tocar fogo no carro para dizer que o carro foi interceptado por terroristas, e vem para cá". Tudo isso era para "justifi-

car o desaparecimento de um prisioneiro". O coronel Campos diz que "saiu do quartel sem saber o nome do preso político", mas sabia que "a pessoa que deveria estar no carro morreu no interrogatório". Com esta informação, ficou clara a farsa sustentada pelos militares sobre a morte de Rubens Paiva, brutalmente assassinado pelo regime militar.

Em sua declaração, o coronel Ronaldo afirma que nunca viu Rubens Paiva: "Pararam o carro, abriram o tanque de gasolina e metralharam o carro, jogaram tiros para lá e para cá (...), mas o carro custou a pegar fogo, e foi

preciso pegar um fósforo e jogarem dentro do tanque (...). Não foi informado de detalhes da morte do preso, e nada soube a respeito do destino do corpo". Mais um depoimento joga luz às farsas dos militares, graças ao incansável e valoroso trabalho da Comissão Nacional da Verdade.

Recentemente, a Comissão Nacional da Verdade revelou o nome de um dos militares que teriam participado da tortura contra Rubens: o então tenente Antônio Fernando Hughes de Carvalho, já falecido.

O filho do ex-deputado, o escritor e jornalista Marcelo Rubens Paiva, comentou recentemente na imprensa a prisão do pai. "Cecília o ouviu gritar, soletrar seu nome inúmeras vezes. Foi torturado até a morte. Há 42 anos convivo com essa informação bloqueada por uma censura nos pensamentos. Quando, por algum deslize, aparece na imaginação a imagem do meu pai em um pau de arara, ela logo é reprimida. Não combina. Não dá para visualizar. Meu pai era um homem calmo, bom, engraçado, frágil. E vaidoso. O que mais lembram dele? Da gargalhada, que fazia tremer a casa. Fumava charutos. Gostava de comer do melhor. De viajar. Gostava de Paris. Chegou a morar lá, aos 20 anos, a uma quadra do Sena. Passou um ano na Europa, com os três irmãos, em 1947, para testemunhar a reconstrução de uma terra arrasada, o que mudou a sua visão de mundo".

No dia seguinte à prisão de Rubens, a filha, Eliana, e sua mãe Eunice

Paiva, foram levadas ao DOI-CODI. Eliana revelou sua prisão ano passado em depoimento à imprensa e à Comissão da Verdade.

RUBENS, O ENGENHEIRO

A história de Rubens Paiva com a engenharia começa no vestibular. Ele passou na terceira vez para o Mackenzie, em São Paulo. "A entrada no vestibular de papai tem várias situações que explicam muito a forma de ele viver. Ele passou na terceira tentativa no vestibular e podia ter passado na primeira. A primeira prova ele perdeu. A segunda vez, ele esqueceu o compasso. A terceira, ele passou para engenharia civil", contou Eliana Paiva.

Além de estagiar no escritório de engenharia do Consórcio São Paulo Confia S/A, no segundo ano, ele participou com os estudantes de arquitetura Pedro Paulo de Mello Saraiva, Marc Rubin e Alberto Botti de um concurso patrocinado pela Revista Brasileira de Hospitais, cujo projeto ficou em segundo lugar. "Eu era estudante de arquitetura e conheci o Rubens no movimento estudantil do Mackenzie", lembrou o arquiteto Pedro Paulo de Mello, hoje com 80 anos, que ainda participou ao lado de Rubens da construção de uma casa de 1.000m², no recém-loteado bairro Cidade Jardim, em São Paulo. Era a quarta casa do bairro. Rubens também esteve à frente da organização da Semana de Energia Elétrica, promovida pela UEE, entre os dias 11 e 19 de setembro de 1952.

Também foi no Mackenzie que Rubens e Pedro Paulo conheceram Roberto Zuccolo, responsável pelos cálculos e professor de cálculo estrutural da universidade. Rubens se formou em engenharia civil em 1954. Muito amigos, os três tinham ousadia que marcou história. "Depois que ele se formou, meu pai fundou uma firma chamada Paiva Construtora. Meu avô que ajudou com dinheiro. A Paiva Construtora continuou existindo até papai ir para o exílio", recordou Eliana Paiva. Foi nesse momento que a Paiva Construtora começou a contratar serviços de Zuccolo e Pedro Paulo de Mello.

"Juntos, os três trabalharam em diversos projetos, como, por exemplo, o edifício Solar do Conde, em Higienópolis, São Paulo, onde vive Pedro Paulo até hoje. O Solar do Conde foi um nome dado pelo publicitário Marcus Pereira em homenagem a um tio de Fernando Gasparian que tinha o apelido de "Conde". Também construíram uma série de prédios em Santos (Porto Fino, Porto Belo, Porto Novo, entre outros). "A maioria dos nomes prédios traziam a palavra "Porto" e essa foi uma ideia do pai do Rubens, que foi à Itália, onde se apaixonou por Porto Fino", recordou Pedro Paulo. Os três tinham ousadia que marcou história. "Construímos em Eldorado Paulista um ginásio estudantil, a primeira estrutura de concreto protendido, até então usado apenas para construção de pontes", afirmou Pedro Paulo.

Rubens ia vistoriar pessoalmente todas as obras. "Eu me lembro da

gente acompanhá-lo em algumas dessas idas. Ele ia ver se a argamassa estava bem feita. Se a ferragem estiver enferrujada as coisas não funcionam. Normalmente, era fim de semana, ele botava todo mundo dentro do carro e a gente ia ver. As casinhas da Pavuna foi ele quem criou. Eu vi papai fazer isso. Foi uma das últimas coisas que ele fez. Ele já poderia ter virado o mundo, mas ia continuar pegando carrinho dele para ver se estava tudo certo", detalhou Eliana Paiva. Hoje, no Rio de Janeiro existe uma estação de metrô com o nome "Engenheiro Rubens Paiva", em homenagem a sua luta e à construção do conjunto habitacional da Pavuna, no Rio de Janeiro. "Quando eu passei na

estação do metrô eu tive uma crise choro. Ele deixou um legado, que é o conjunto habitacional na Pavuna. O legado de Rubens Paiva está ali. Era aquela coisa de ver o Brasil moderno", contou Eliana.

Em 1956, Rubens - ao lado dos arquitetos Pedro Paulo de Mello Saraiva e Júlio José Franco Neves e o engenheiro Carlos Kerr Anders - participou do concurso nacional para a escolha do traçado do Plano Piloto de Brasília. O projeto não conseguiu alavancar entre os primeiros classificados.

A empresa de Rubens também atuou em diversos estados, como Roraima e Bahia. Eliana Paiva lembra de um

episódio que remete a uma declaração de Antônio Carlos Magalhães (ACM). "Em uma entrevista na internet ACM afirmou: 'Vocês acham que eu sou de direita? Uma das pessoas mais interessantes que eu conheci na minha vida foi Rubens Paiva, quando ele veio fazer obras na Bahia'. Papai aprendeu a fazer pontes e participava de toda e qualquer licitação, inclusive em Salvador e ele ganhou duas ou três licitações em capi-

tal baiana por talento e competência", ela comentou. Há cerca de dois anos, Eliana esteve com Valdir Pires, que foi governador na Bahia e atual vereador, que contou sobre a sua fuga com Darcy Ribeiro. "Foi uma epopeia. Valdir falou: 'Teu pai antes de qualquer coisa era um sujeito que chegava e devolvia logisticamente como as coisas iriam se passar'. Quer dizer, ele conseguiu tirar o Valdir Pires e o Darcy Ribeiro de dentro do fogo. Agora, quando papai tentou fugir de Brasília, não conseguiu, ele foi pego e foi para embaixada. Acredito que a engenharia ensinou meu pai ser logístico", afirmou.

Rubens se destacou como engenheiro pela ousadia e dedicação às obras por ele construídas. Tanto que sua filha Eliana recordou: "Até hoje, só tem uma ponte que caiu. Foi a primeira ponte que ele fez em Eldorado Paulista, onde meu avô tinha uma fazenda. Ele fez ainda estudante. No Vale do Ribeira, que inunda bastante, tem o Rio Ribeira de Iguape, que, um dia, veio com tudo. Passou uma, passou duas, passou três e na quinta vez levou a ponte", concluiu.

Este prédio merece destaque.



Porque:

- O arquiteto foi Pedro Paulo Saraiva
- O engenheiro responsável foi Rubens Paiva
- O calculista, Roberto R. Zuccolo
- Foi construído pela S/A Paiva Construtora

Condomínio Edifício Solar do Conde

E na alvenaria do edifício foram empregadas chapas de concreto celular Pumex.
*Estados citados para Pomes

CIA Pumex DE CONCRETO CELULAR
Av. Humberto de Campos, 28 - Ribeirão Pires - R. José Bonifácio, 250 - 16 - Tels. 35-4515 - 33-3298 - 36-8705 - SP

ENGENHEIRAS E ENGENHEIROS RESISTEM À DITADURA MILITAR



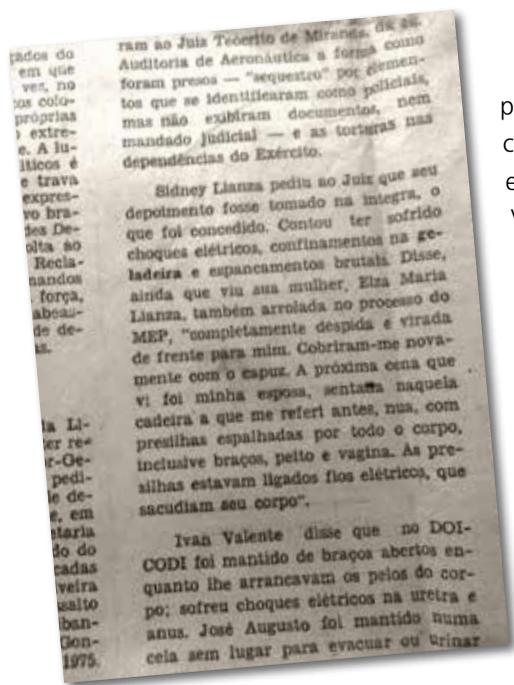
Foto: Adriana Medeiros

“Acreditar na força transformadora dos trabalhadores e da sociedade civil”. Foi desta forma que a engenheira Elsa Parreira seguiu resistindo e lutando contra a ditadura militar instaurada no Brasil. De norte a sul do país, engenheiros e engenheiras tiveram papel fundamental na luta contra o golpe de Estado dado pelos militares. Elsa começou a militar no movimento estudantil aos 19 anos, quando estudava

engenharia civil, no Instituto Mauá de Tecnologia, em São Paulo. “Vivíamos o auge da repressão. Nós tínhamos preocupação com o ensino voltado para melhores condições ao povo brasileiro e a engenharia teria papel essencial nas áreas de habitação, saneamento, infraestrutura. O Brasil iniciou um marketing político de combate ao comunismo e a todas as propostas com viés social apoiadas na movimentação popular”,

contou Elsa, que era apostileira. Ou seja, ela, ao lado de outros companheiros, anotavam toda a aula de uma determinada matéria e depois rodavam no mimeógrafo. Esta era uma forma de estabelecer um vínculo com os demais alunos.

Em paralelo, também promoviam atividades culturais, como a peça de teatro “Os fuzis da senhora Carrar”. Isso tudo visando à união dos estu-



preparar o Congresso com chapa com Antonio Xavier na presidência e foi eleito primeiro vice-presidente. Veio uma repressão muito forte e o movimento teve que ser clandestino. A sede da UNE no Flamengo foi queimada e, em novembro, veio o AI-2 com forte repressão e muitas lideranças presas", recordou Fidelis. No final do ano, Antonio Xavier não continuou e Fidelis assumiu a presidência da UNE. Nesse momento, trancou sua matrícula na Politécnica e seguiu na articulação nacional do movimento estudantil.

objetivo de organizar o movimento operário camponês", disse Fidelis.

REPRESSÃO RECRUDESCER

Elsa Parreira, já formada e ao lado do companheiro Sidney Lianza, muda-se para o Rio de Janeiro para fazer mestrado na COPPE/UFRJ. "Havia um grupo de pós-graduandos resistentes à ditadura, com destaque para o Teatro de Resistência dos Alunos da COPPE (TRAC). Enquanto estudantes de pós-graduação, iniciamos a militância dentro do Senge-RJ com o engenheiro Jorge Bittar, sendo ponta de lança do processo de retomada do sindicato, que estava nas mãos de pelegos e era controlado pela ditadura", contou Elsa, que era integrante do Movimento pela Emancipação do Proletariado (MEP).

dantes, à discussão sobre ensino, ao combate à interferência dos Estados Unidos no modelo estudantil brasileiro e às funções da engenharia em um projeto para o povo.

Já, na Bahia, o engenheiro civil José Fidelis, então estudante da Escola Politécnica da Bahia, iniciava no movimento estudantil. "Os anos 1962 e 1963 eram de imensa efervescência política. Comecei a participar do movimento de educação de base e sindicalismo rural, viajando pelas cidades do recôncavo", afirmou Fidelis, que participou da Greve por um Terço em 1964.

O diretório acadêmico da Escola Politécnica foi invadido. Em maio de 1965, Fidelis encabeçou a chapa para o diretório acadêmico com as forças da esquerda. Venceram. Em junho, começou a articular o 1º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE). "Também fui para São Paulo

Em março de 1966, Fidelis, participava de uma reunião da UNE, na Bahia. "Havia protesto sobre o restaurante universitário e fui para lá junto com Renato Rabelo. A rua estava ocupada, veio o carro de Juracy Magalhães, então ministro de Relações Exteriores. O pessoal não deixou passar o carro dele, todo mundo chutando e jogando pedra. Eu tive ferimento no supercílio e recebi nesse momento voz de prisão preventiva. Entrei oficialmente na clandestinidade", detalhou. Em junho do mesmo ano, aconteceu o Congresso da UNE, em Belo Horizonte. Nessa época, quem não tinha carteira de trabalho não entrava na cidade, justamente para impedir a entrada de estudantes. O Congresso se desdobrou com a eleição de Jorge Luís Guedes. "Eu estava no Congresso Latino-Americano de Estudantes, em Cuba. Para chegar lá tive que dar a volta ao mundo: Uruguai, Argentina, Paris, Praga e, finalmente, Havana. Saímos de lá com o

Em 14 de abril de 1972, Fidelis, já em Porto Alegre, foi levado pelos militares. "Ficharam mais de mil militantes estudantis e pediam para a gente identificar. Em Porto Alegre, foi uma enorme tortura psicológica. Em São Paulo, fui torturado pelo 'Doutor', 'especialista' em militantes da Ação Popular. Fiquei dois dias no pau de arara, levando choque, fogo, e dias sem comer. Eu negava tudo. Tínhamos uma regra que deveríamos resistir até determinado dia e depois admitir", rememorou Fidelis. Foram dois dias de tortura. Fidelis foi preso no dia do aniversário do filho e solto quatro meses depois, na primeira semana de agosto.

Em 20 de julho de 1977, Elsa foi presa dentro de sua casa, na presença do pai, da mãe e de sua madrinha. "Fui

levada encapuzada para o centro de torturas no DOI-CODI, na rua Barão de Mesquita, Rio de Janeiro. No DOI-CODI, me foram mostradas várias fotos. Verifiquei que vários companheiros que se reuniam no sindicato dos engenheiros também haviam sido presos, dentre eles Marilita Gnecco, Ricardo Paniago, Sidney Lianza, Artur Obino, entre outros”, relembrou. Elsa foi torturada na frente do companheiro Sidney Lianza e conta: “Nesse tempo de torturas, ouvi vários gritos de outros companheiros torturados, além de mim. Do DOI-CODI, fomos levados para o DOPS, na rua da Relação, com ameaças constantes de volta ao DOI-CODI”.

O MEP mobilizou a primeira greve nacional de fome dos presos políticos, que sensibilizou entidades internacionais de direitos humanos. “Alguns foram liberados e os demais foram para o presídio, no meu caso presídio Talavera Bruce, em Bangu. Fomos para julgamento na 1ª Auditoria da Aeronáutica, no dia 10 de novembro, com bombas, num momento em que eles diziam que não havia tortura”, recordou.

A LUTA PELA ANISTIA

Após a prisão, Elsa retomou a vida acadêmica e concluiu o mestrado na COPPE/URFJ em engenharia de produção. Foi mãe no ano de 1979 e passou a militar no Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), que teve papel fundamental na ampliação pelo território nacional da luta pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita. “Tínhamos como referência a companheira Iramaya, mãe dos militantes exilados Cid e Cesar Benjamim, cobrando do Estado a responsabilidade por todas as prisões, as torturas, os sequestros e o direito de todas as famílias brasileiras saberem o paradeiro dos presos e de enterrá-los quando mortos. Começou, então, um processo lento de abertura, com pressão de entidades internacionais, com destaque para Anistia Internacional. As denúncias começavam a circular e o CBA editava panfletos e distribuía no metrô, nas ruas e em todos os eventos possíveis”, afirmou Elsa, que, naquele momento, voltou a militar no Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro. “O Senge-RJ funcionou como vanguar-

da de um processo de participação e ampliação de outros movimentos de base”, pontuou.

Fidelis, depois de solto, terminou a faculdade de engenharia e iniciou sua militância no movimento sindical. “Os sindicatos sofriam com intervenção e, em 1981, retomamos o sindicato dos engenheiros da Bahia pelas forças de esquerda. Em 1986/87, fui eleito presidente. Fora o movimento sindical, me integrei ao Partido dos Trabalhadores (PT) e fui membro da executiva do partido e da CUT”, detalhou Fidelis.

Quando questionados sobre o motivo pelo qual tiveram tanta força e coragem, Elsa e Fidelis são enfáticos. “A ideologia é fundamental para a nossa luta. Por acreditar num Brasil melhor; saber que o Brasil tinha possibilidades; ser contra a ditadura em todas as suas formas, desde a tortura, passando pela corrupção, pela censura, pelo sequestro de direitos básicos de cidadania”, disse Elsa. Fidelis afirmou: “Lutar e resistir sempre. A essência da vida humana é transformação”.



Filme sobre PRIVATIZAÇÕES NO BRASIL será lançado em maio

"NUM TEMPO
PÁGINA INFELIZ DA NOSSA HISTÓRIA
PASSAGEM DESBOTA NA MEMÓRIA
DAS NOSSAS NOVAS GERAÇÕES
DORMIA
A NOSSA PÁTRIA MÃE TÃO DISTRAÍDA
SEM PERCEBER QUE ERA SUBTRAÍDA
EM TENEBROSAS TRANSAÇÕES",

Vai Passar, Chico Buarque

O mito do "Estado ineficiente" ainda ronda as justificativas para a privatização de setores essenciais ao ser humano. Com este discurso, governos dos anos 1990 entregaram boa parte do patrimônio público para a iniciativa privada e para o capital internacional. E o que a realidade aponta? Serviços caros, falta de universalização e não cumprimento de direitos humanos. Com esse entendimento, o Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ) irá lançar, em maio, o filme "Quem dá mais? Uma história sobre as privatizações no Brasil". Dirigida pelo cineasta Silvio Tandler, a película tem o objetivo de remontar o início das privatizações até os dias de hoje. "A iniciativa do Senge-RJ vai no sentido de ampliar o debate nacional. É preciso sair das torres e catedrais e ir para as ruas, para as escolas, universidades", afirmou Silvio Tandler, que é um cineasta carioca autor de mais de 40

produções e das três maiores bilheterias de documentários da história do cinema brasileiro.

De acordo com o ex-diretor do Senge-RJ, Antonio Gerson, a produção parte de algumas premissas essenciais. "Acreditamos que o Estado tem que ser provedor dos direitos humanos básicos como saneamento, alimentação, moradia, entre outros. Queremos mostrar que nada melhorou com as privatizações e apontar os prejuízos desta entrega, da desindustrialização no nosso país e do aumento abusivo das remessas de lucro para o exterior. Além destes pontos fundamentais, iremos ouvir a população brasileira", disse Gerson.

Algumas personalidades já foram entrevistadas como o diplomata brasileiro, Samuel Pinheiro Guimarães; o professor e ex-presidente da Eletrobras, Luiz Pinguelli Rosa; o integrante da coordenação nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), João Pedro Stédile. O roteiro do filme, com duração de 52 minutos, foi produzido a partir do estudo histórico do pesquisador, Demian Melo.

"Um dos equívocos mais comuns acerca do neoliberalismo é a identificação deste com um suposto "Estado mínimo". Na verdade, trata-se aqui de um Estado tão forte quanto for necessário para estabelecer as condições necessárias para restaurar a capacidade de valorizar capital, de promover a estabilização macro-econômica e implantar as contra-re-



Gabi Nehring

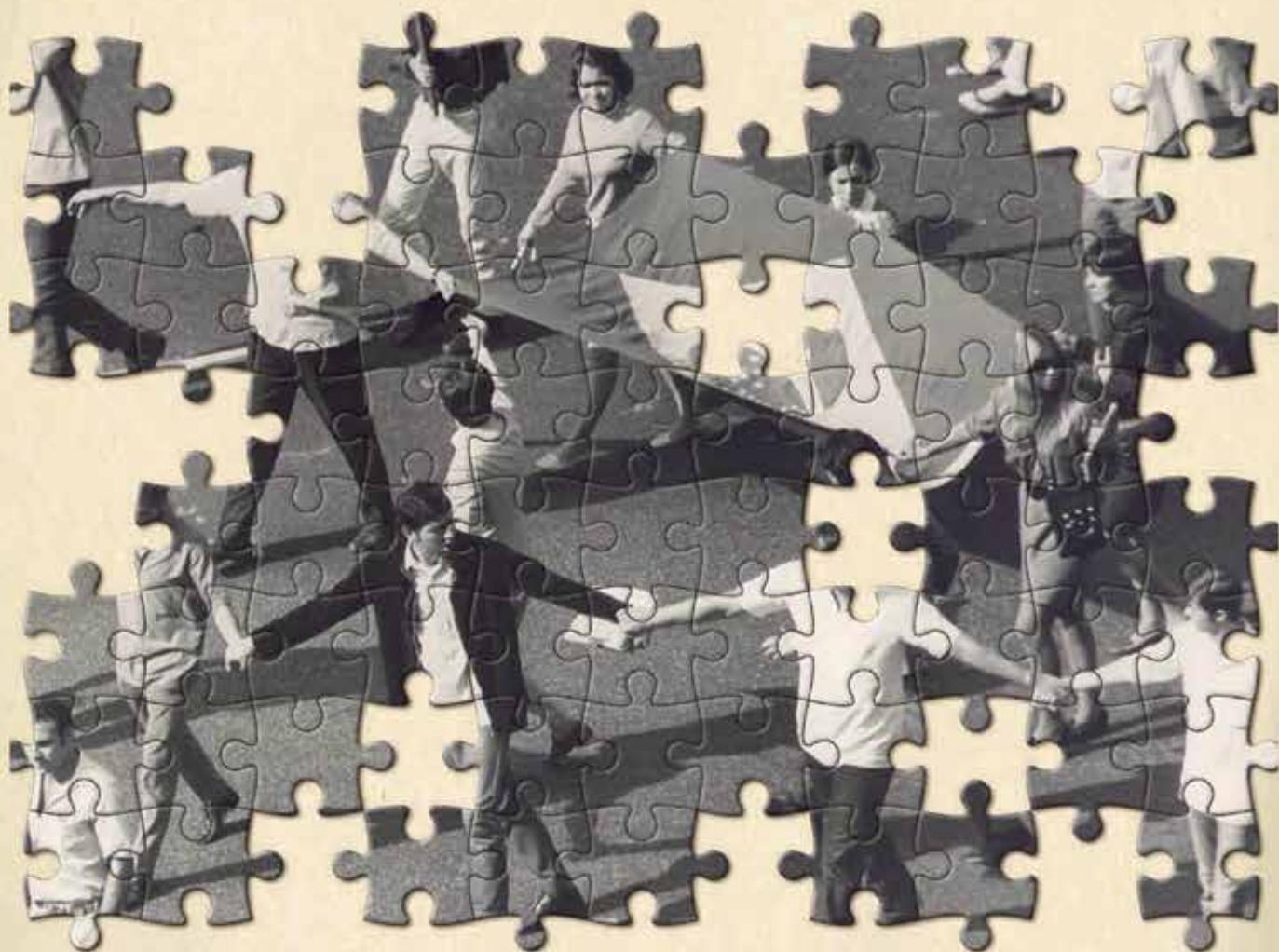
formas pró-capital. No entanto, esse equívoco tem uma boa razão de ser, afinal as privatizações consistem em uma das principais características da agenda neoliberal", trecho do estudo de Demian.

A agenda do Estado Mínimo com as privatizações como carro-chefe contaminou diferentes setores da sociedade: saúde, educação, saneamento, moradia, cultura, entre outros. Direitos básicos e essenciais foram transformados em mera mercadoria, inclusive o próprio cinema, um instrumento legítimo de disputa da hegemonia da sociedade. "As pessoas, hoje, percebem que o cinema é um veículo de discussão de ideias. Antes, diziam que não conscientizava e era apenas diversão e entrete-

nimento. Agora, temos visto filmes políticos, inclusive no dito "cinema". Posso dar um exemplo: está concorrendo ao Oscar o filme "12 anos de escravidão", que conta a história de um homem negro que é sequestrado e tomado como escravo por 12 anos, nos EUA. Não é cinema de distração. É cinema político", contou Silvio Tendler.

O filme tem exatamente esse objetivo, o de politizar a importância do papel do Estado na sociedade, denunciar a falácia das privatizações e apontar os desafios dos tempos atuais. "Sobretudo, trata-se de discutir o modelo de país que queremos construir", concluiu Tendler. A produção conta com o apoio da Fisenge e da CUT.

**O PASSADO NÃO PODE
SER MODIFICADO.
MAS CONHECÊ-LO PODE
MUDAR NOSSO FUTURO.**



Houve uma época no Brasil em que era proibido discordar. E por isso muitas vezes direitos humanos foram violados. A Comissão Nacional da Verdade existe para completar as peças e esclarecer o que aconteceu entre 1946 e 1988. Se você tem alguma informação ou registro dessa época, contribua com a verdade.

Comissão Nacional da Verdade. Para que nossa história se complete. De verdade.

www.cnv.gov.br
facebook.com/comissaonacionaldaverdade
youtube.com/comissaodaverdade
twitter.com/CNV_Brasil

**COMISSÃO
NACIONAL DA
VERDADE**